Instituições de memória e acervos fotográficos: a experiência do Centro de Memória Cultural do Sul de Minas

Marcos Ferreira de Andrade
Universidade Federal de São João del-Rei
São João del-Rei - Minas Gerais - Brasil
marcos.andrade.ufsj@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em discutir a importância das instituições universitárias na constituição de centros de memória e de documentação, particularmente daquelas que detêm acervos fotográficos e que envolvem políticas de preservação, catalogação, acesso público e produção de pesquisas a partir dos fundos sob sua custódia. A experiência aqui relatada se reporta à criação do *Centro de Memória Cultural do Sul Minas*, inaugurado em maio de 2000, na unidade da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, na cidade de Campanha/MG, com atenção especial ao acervo fotográfico Paulino de Araújo Ferreira Lopes.

Palavras-chave: História. Memória. Acervos fotográficos. Centro de Memória Cultural – UEMG/Campanha.

Introdução

Este artigo pretende contribuir para as reflexões relacionadas às universidades e o seu papel científico e social na constituição de centros de memória e de documentação, a partir do relato da experiência de criação, em 2000, do Centro de Memória Cultural do Sul de Minas (CEMEC), na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Nossa Senhora de Sion (FAFI-Sion), na cidade de Campanha (MG). Em 2013, a referida instituição foi estadualizada sendo incorporada pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), bem como o espaço de memória foi renomeado para Centro de Memória Cultural Desembargador Manoel Maria Paiva de Vilhena, sem mudança de sigla[1]. Será dado especial destaque ao

[1] Durante o tempo que trabalhei na Instituição (1995 a 2005), a antiga FAFI-Sion pertencia à Universidade do Estado de Minas Gerais na condição de unidade associada, uma situação jurídica bastante indefinida, uma vez que, do ponto de vista acadêmico estava submetida às orientações e normas da reitoria da UEMG, localizada em Belo Horizonte, mas do ponto de vista financeiro era mantida pela Fundação Cultural Campanha da Princesa (FCCP). As primeiras unidades a serem incorporadas foram as unidades de Belo Horizonte. A unidade de Campanha foi uma das últimas, o que ocorreu no ano de 2013, com a absorção do

acervo fotográfico Paulino de Araújo Ferreira Lopes, suas características e as possibilidades de pesquisa, incluindo referência a algumas teses e dissertações que já tiveram o acervo como fonte complementar ou mesmo como objeto central de pesquisa. Mas antes de adentrar na discussão propriamente dita, é importante refletirmos, ainda que brevemente, sobre a distinção entre História, Memória e Documentação e que tipo de relação e interconexão podem ser estabelecidas entre estes três conceitos. Essa reflexão não diz respeito somente às formas de se escrever a História, mas principalmente de se pensar qual o lugar e o papel do historiador numa sociedade pouco preocupada com a preservação do passado, de olho num futuro sem maiores conexões com a cultura herdada.

História, Memória e Documentação

Para compreender o significado da História e sua relação com a memória e os documentos partirei das reflexões clássicas propostas por Jacques Le Goff (1994) e Pierre Nora (1990), quando estes autores estabelecem uma distinção entre *memória coletiva* e *memória histórica.* A princípio é necessário perceber a distinção entre os conceitos para depois perceber as interconexões entre ambos e como um não exclui o outro. Segundo Le Goff (1994, p. 98), "a *memória coletiva* é o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado". A memória coletiva pode atingir várias formas: pode representar um ideal e imagem de nação que se tenta passar ou impor ou pode servir aos interesses de determinados grupos sociais que procuram preservar o seu passado. Como afirma Jacques Le Goff (1994, p. 46), a memória coletiva "faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção". Não resta a menor dúvida de que a memória coletiva representa uma conquista e uma necessidade para os indivíduos e a sociedade, mas é, ao mesmo tempo, um instrumento e objetivo do poder.

Já a *memória histórica*, segundo Pierre Nora (1990, p. 450) "é fruto de uma tradição sábia e 'científica', é ela própria a memória coletiva do grupo dos historiadores". A *memória histórica* tem função analítica e crítica. Se considerarmos a definição de Jacques Le Goff

passivo trabalhista da FCCP. Disponível em: http://www.uemg.br/unidades-2019/154-campanha. Acesso em: 11 jun. 2020.

(1994, p. 95), a História é a memória coletiva em sua forma científica, aplicando-se ambas a dois tipos de materiais: *os documentos* (escolha do historiador) e *os monumentos* (herança do passado). Nesse sentido, apesar da necessidade de se opor termo a termo para percebermos cada um na sua especificidade é importante destacar a interconexão entre ambos e percebermos qual o papel social dos profissionais científicos da memória (historiadores, antropólogos, sociólogos, etc.). Como afirma o autor estes devem "fazer da luta pela democratização da memória social, um dos imperativos prioritários da sua objectividade científica" (LE GOFF, 1984, p. 47).

É indiscutível a importância que têm os documentos para a realização de qualquer investigação histórica sobre indivíduos, grupos sociais ou nações e os seus significados estão intimamente ligados aos tipos de concepções da História. O triunfo do documento, especialmente o texto escrito, ocorre com a escola metódica. O documento era condição indispensável para estabelecer os fatos históricos e a sua crítica residia principalmente nos aspectos que permitiam verificar a sua autenticidade (SILVA, 2006). Com os historiadores dos Annales a noção de documento se ampliou, uma vez que todo e qualquer tipo de registro deixado pelo homem poderia e deveria ser matéria-prima para a escrita da história (BURKE, 1991). Segundo Lucien Febvre (*apud* LE GOFF, 1984, p. 98), em texto escrito em 1949,

> A história se faz com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhes permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a actividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Ainda que a ampliação do conceito de documento tenha influenciado significativamente na forma de escrever e conceber a História, verificada pela pluralidade de temas, objetos e abordagens, o papel do historiador reside principalmente no fato de promover uma reflexão crítica sobre a sociedade de seu tempo a partir do estudo do passado. Vivemos numa sociedade na qual o domínio da informática é uma realidade e a utilização de recursos da tecnologia multimídia é cada vez mais frequente (SCHAFF, 1995). A velocidade e o volume de produção de informações são espantosos. Por outro lado, a preocupação com a preservação da memória, seja na sua forma científica ou coletiva é tarefa de poucos. Como

bem nos lembra o historiador inglês Erick J. Hobsbawn (1995, p. 13), ao refletir sobre o século passado, mas que é extremamente atual, vivemos numa sociedade em que

> A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores.

Portanto, pensar o papel social e intelectual do historiador na atualidade significa não só estabelecer a distinção entre memória e História, além de destacar importância dos documentos para a compreensão e análise do passado. Ulpiano Menezes (1992), ao refletir sobre a problemática da memória nas ciências sociais faz uma alerta importante nesse sentido, que considero oportuno ampliar para a infinidade de registros históricos que são utilizados na produção de determinada representação historiográfica do passado. Segundo o autor, "o historiador não pode abandonar sua função crítica; a memória precisa ser tratada como objeto da História" (MENEZES, 1992, p.23).

As universidades e a criação de centros de memória e de documentação

Desde a primeira era Vargas (1930-1945) iremos encontrar um aparato institucional público em relação à preservação do patrimônio documental, embora as ações concretas neste campo sempre foram muito insuficientes, fazendo com que parte desta tarefa fosse gradativamente sendo absorvida pelas universidades. Esse processo teve início no começo dos anos 1970 e se intensificou nas últimas décadas. Atualmente, várias universidades brasileiras possuem centros de documentação e de memória, vinculados principalmente aos cursos das áreas de ciências humanas, letras e artes (CAMARGO, 1999, p. 55-60). Muitos desses centros estão voltados para o desenvolvimento de pesquisas envolvendo o corpo docente e discente, mas também exercem atividades de extensão universitária na medida em que disponibilizam seus acervos para a comunidade e os resultados das pesquisas[2].

[2] A título de exemplo cito algumas iniciativas muito bem-sucedidas e que se tornaram referência em termos de centros de documentação e de pesquisa para a história do Brasil, como o *Centro de Memória da Unicamp*

O campo de atuação do historiador tem ampliado cada vez mais. Isso está diretamente ligado à profissionalização na área. A consolidação e ampliação dos cursos de pós-graduação em História no país têm contribuído para a conscientização e o desenvolvimento de ações concretas na preservação do patrimônio documental, matéria-prima de extrema importância para novas investigações e olhares sobre inúmeros aspectos da história brasileira. É cada vez mais comum observarmos historiadores atuando junto a instituições públicas (prefeituras) e privadas (empresas), ONGs, sindicatos, grupos organizados da sociedade civil, na implementação de centros de documentação e de memória (ANPUH-BRASIL, 2012).

Mas conforme indicam os arquivistas há distinções importantes a fazer em relação às três entidades responsáveis pela custódia de acervos os mais diversos: arquivos, centros de documentação e centros de memória. Os *arquivos* estão diretamente relacionados às atividades de gestão de sistemas arquivísticos. Os *centros de documentação* têm a função de apoiar a pesquisa científica, acadêmica e individual, sendo geralmente de caráter híbrido, pois "representa uma mescla das entidades de custódia do patrimônio documental, sem se identificar com nenhuma delas. Reúne, por compra, doação ou permuta, documentos únicos ou múltiplos de origens diversas" (TESSITORE, 2017, p. 20). Já os *centros de memória* podem ser definidos como um "arquivo ampliado, com largo espectro de abrangência e alto poder informativo" (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 107 *apud* TESSITORE, 2017, p. 24). Os especialistas ainda chamam atenção para o fato de que essas distinções, muitas vezes, não são tão claras e muitos centros de memória são também centros documentação. Possivelmente essa observação se aplica à maioria dos centros de memória das instituições de ensino superior no Brasil.

Em relação aos centros de documentação e de memória pertencentes às universidades, a constatação de Célia Reis Camargo (1999) é bastante pertinente. Eles têm uma função social importante e

> surgem, exatamente, com a finalidade de dar ênfase à memória regional. A precariedade e inexistência de arquivos públicos, sobretudo nos municípios, acarretavam perdas escandalosas de fontes de pesquisa. A universidade, então, começa a bancar esta tarefa, incorporando-a às suas atividades-fim (CAMARGO, 1999, p. 59).

– *CMU*, o *Arquivo Edgar Leuenroth – AEL*, também da Unicamp e o *Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil – CPDOC*, da Fundação Getúlio Vargas – FGV.

O grande desafio para a implementação desses centros está relacionado com a sua manutenção. A produção do conhecimento científico de qualquer natureza demanda investimentos e recursos que só apresentam resultados no médio e longo prazo. A captação de recursos, seja nos órgãos de fomento públicos ou na iniciativa privada, é bastante irregular e, muitas vezes, limita as ações e os objetivos para os quais estes centros são criados. Embora essas dificuldades sejam de conhecimento de todos os profissionais envolvidos na área, muitos desses centros têm prestado contribuições relevantes para a preservação da história, cultura e memória do país, tanto na divulgação dos resultados de pesquisa em inúmeras publicações, quanto na preservação dos documentos originais.

O relato da experiência de constituição do *Centro de Memória Cultural* da unidade da UEMG, em Campanha, que trato a seguir, demonstra não só o esforço de estabelecer garantias de preservação do patrimônio documental, mas também do papel essencial das universidades no levantamento dos acervos de natureza histórica e cultural, de criação de centros de documentação e de memória, da garantia do acesso público e da produção de pesquisas a partir dos conjuntos documentais sob sua custódia. E que, nas dimensões desse artigo, a ênfase será dada ao acervo fotográfico Paulino de Araújo Ferreira Lopes.

A experiência de criação do CEMEC

O trabalho de pesquisa na antiga FAFI-Sion teve início em 1996, quando tive oportunidade de realizar um primeiro mapeamento dos acervos documentais mais importantes da cidade, que serviu de base para a elaboração do Projeto *Memória Cultural do Sul de Minas*[3], posteriormente encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Em novembro de 1996, o curso de História recebeu o seu primeiro conjunto documental (processos criminais), doado pelo Fórum da cidade, que hoje constitui um dos vários acervos do CEMEC.

[3] O Projeto foi desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de São João del-Rei e contou com a seguinte equipe: os professores coordenadores Marcos Ferreira de Andrade, Maria Tereza Pereira Cardoso e Rachel de Souza Rocha e aos bolsistas Marília Ferreira Pinto, Andréa Silva Adão, Selma de Souza Carvalho, Ana Lúcia Alves (Aperfeiçoamento), Reinaldo Alves, Vanila Aparecida Alves, Ivanilda Vilela Vilas Boas e Luziara Aparecida Goulart dos Santos (Iniciação Científica) e Agnamari Marçano da Cunha (secretária do CEMEC).

O trabalho de higienização e catalogação dos processos criminais transcorreu durante os anos de 1996 e 1997. O projeto encaminhado à FAPEMIG foi aprovado em 1997, com a assinatura do Termo de Outorga. Dado o alcance muito amplo e diversificado do projeto, as atividades só puderam ser iniciadas no início do ano seguinte, quando foram liberadas as bolsas de aperfeiçoamento e de iniciação científica.

Entre o período de janeiro de 1998 a março de 2000 foi realizado o *Projeto Memória Cultural do Sul de Minas.* O projeto compreendeu três frentes de trabalho distintas, a saber: localização e mapeamento dos acervos documentais da região; organização e estudo do acervo fotográfico Paulino de Araújo Ferreira Lopes; organização e estudo da documentação pertencente aos antigos Colégio N. Sra. de Sion e São João. Dentre os resultados desse trabalho destacam-se o mapeamento de diversos acervos históricos de Campanha e de algumas cidades vizinhas, a elaboração de catálogos analíticos da documentação arrolada e a criação do *Centro de Memória Cultural do Sul de Minas*, inaugurado no dia 19 de maio de 2000[4].

O CEMEC mantém sob sua custódia uma documentação diversificada e bastante representativa, correspondente aos séculos XVIII, XIX e XX como: Inventários Campanhenses (1768-1888), Atas da Câmara de Campanha (1830-1896), Livros de testamentos (1822-1897), Livros de registros de compra e venda de escravos, Processos criminais (1882-1980), Documentação do antigo Colégio N. Sra. de Sion (1906-1965), Documentação do antigo Colégio São João (século XX) e o Acervo Fotográfico Paulino de Araújo Ferreira Lopes. Os conjuntos documentais foram catalogados e os instrumentos de busca foram amplamente divulgados e disponibilizados, através da produção de um CD-ROM intitulado *Campanha da Princesa: fontes para a história do Sul de Minas* (ANDRADE & CARDOSO, 2000).

Ainda no ano 2000, pouco tempo depois de sua inauguração, o CEMEC recebeu, sob a forma de doação, a documentação de natureza histórica do Fórum de Lavras,

[4] Conforme indicado na nota 1, no ano em que foi inaugurado, o Centro de Memória Cultural do Sul de Minas estava vinculado à FAFI-Sion, unidade associada à UEMG. É importante destacar que a criação do Centro esteve diretamente ligada ao Programa *Memória e Identidade Regional,* lançado pela reitoria da UEMG, em setembro de 1996. Um dos objetivos do Programa consistia na criação de centros de memória nas unidades pertencentes à UEMG, mesmo que na condição de associadas. A primeira experiência bem-sucedida ocorreu na unidade associada de Diamantina, com a realização do Projeto *Memória Cultural do Vale do Jequitinhonha*, financiado pela FAPEMIG e iniciado em 1997.

correspondentes aos séculos XVIII, XIX e XX. Milhares de processos criminais, cíveis, documentação cartorial (inventários, testamentos, divisão de terras, etc.) foram higienizados e catalogados. Em 2002, o CEMEC foi uma das instituições contempladas no primeiro edital de digitalização de documentos de natureza histórica e cultural lançado pela FAPEMIG. O projeto foi desenvolvido em parceria com o Arquivo Público Mineiro (APM) e resultou na produção de 14 CDs relativos aos à documentação da Câmara Municipal de Campanha – século XIX, existentes no CEMEC e no Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort. Também foram digitalizados os livros de testamentos de Campanha e Baependi, pertencentes ao CEMEC, que foram lançados em 2006, juntamente com um CD-ROM contendo banco de dados do acervo do Fórum de Lavras. Essas produções ficaram assim intituladas: a) *Acervos digitalizados do Sul de Minas: Documentação da Câmara Municipal de Campanha e Livros de Testamentos de Campanha e Baependi;* b) *Fontes cíveis e criminais do Fórum de Lavras: séculos XVIII e XIX*[5].

O processo de estadualização da unidade de Campanha ocorreu a partir da aprovação da Lei nº 20.807, de 26 de julho de 2013. Quanto à mudança no nome do CEMEC, a mesma ocorreu no dia 28 de novembro de 2013, com objetivo de homenagear o Desembargador Manuel Paiva de Vilhena, idealizador e criador da antiga FAFI-Sion e de sua entidade mantenedora, a Fundação Cultural Campanha da Princesa (FCCP)[6].

Acervo fotográfico Paulino de Araújo Ferreira Lopes (1890-1960)

Atualmente, a gestão do CEMEC está a cargo do curso de História da instituição. O acervo fotográfico em questão foi objeto de identificação, catalogação e conservação no primeiro projeto de pesquisa executado no CEMEC, entre os anos de 1998 a 2000.

[5] Esse trabalho foi realizado pela seguinte equipe: Marcos Ferreira de Andrade (coordenador geral), Ana Cristina Pereira Lage, Patrícia Vargas Lopes de Araújo (professores); Raphaela Aparecida Ferreira, Elizabete Sales de Paulo, Adrimara Rodrigues, Cássia de Souza, Cristina Yuri Jisenji, Alessandra Milne Adão e Luciana Cláudia Oliveira de Souza (bolsistas); professora Sílvia Maria Jardim Brügger (consultora); Álvaro José de Paiva Ribeiro e Mariangela da Silva Tapia (sistema de busca); Rachel de Souza Rocha e Agnamari Marçano da Cunha (colaboradoras).

[6] Ver Projeto Pedagógico do curso de História – unidade de Campanha. Campanha, maio de 2016, p. 81-83. Disponível em: http://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/Arq201612231547l3PP.pdf. Acesso em: 11 jun. 2020.

Paulino de Araújo Ferreira Lopes nasceu na cidade de Campanha (Minas Gerais) no dia 22 de junho de 1891 e faleceu aos onze dias do mês de dezembro de 1971. Era filho de Eulálio da Veiga Ferreira Lopes e Clara de Araújo Ferreira Lopes. Fez seus estudos no Colégio São Luiz, dirigido por padres Jesuítas, na cidade de Itú, São Paulo. Depois de uma rápida atuação como funcionário dos Correios tornou-se fotógrafo profissional, exercendo a profissão até falecer. Segundo informações de seu neto[7], o aprendizado da arte de fotografar se deu com o fotógrafo francês Etienne Farnier. Este fotógrafo foi responsável por algumas fotos raras datadas do final do século XIX, que fazem parte do acervo original da família.

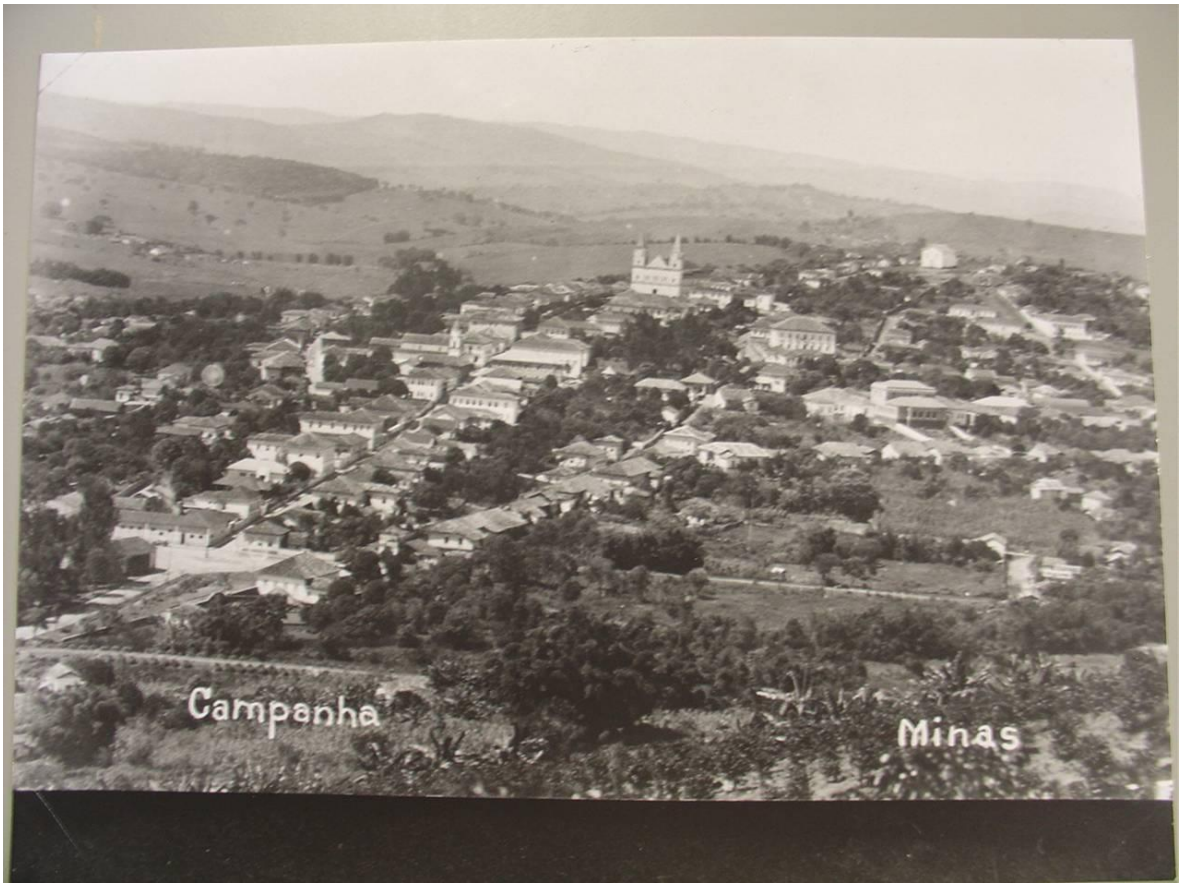

Figura 1: Vista parcial da Cidade Campanha/MG – década de 1930.
Fonte: Acervo Paulino de Araújo Ferreira Lopes – CEMEC/UEMG – Unidade de Campanha/MG.

[7] O acervo original pertence ao neto do Sr. Paulino, Almir de Araújo Ferreira Lopes, que deu continuidade à profissão do avô, na casa comercial Photo Araújo. Almir, gentilmente, possibilitou o acesso para fins de higienização, catalogação e pesquisa. O acervo de negativos em vidro e celuloide foram doados ao CEMEC e foram reproduzidos por ele. As reproduções também fazem parte do acervo do CEMEC.

Amante da fotografia, também colecionou fotos e daguerreótipos. Teve vários trabalhos publicados na revista Alvorada (1928 – 1980) e em diversos jornais da região. O fato de residir em Campanha não o impediu de atuar em outras cidades próximas e registrar o cenário social e arquitetônico de diversas cidades do Sul de Minas. Como fotógrafo atuou nos mais diversos seguimentos: *portrait*, fotografia social, festas religiosas e cívicas, reportagens, entre outras. Segundo informações de seus descendentes, especialmente de seu neto, Almir Ferreira Lopes, Paulino de Araújo teria iniciado na arte de fotografar aos 18 anos, em 1907. E mais tarde teria a sua casa fotográfica, a Photo Araújo (ANDRADE & CARDOSO, 2000, p. 224; REIS, 2013, p. 49-76; REIS, 2015).

Em 1998, quando foi realizado primeiro contato com acervo original, verificou-se a existência de cinco daguerreótipos, datados de 1850, bastante raros e em bom estado de conservação, centenas de negativos em vidro e de fotografias antigas que compreendiam o período de 1890 a 1960.

Primeiramente, foi necessário fazer um reconhecimento de todo o acervo, higienizando os negativos e as fotos, acondicionando-os adequadamente, agrupando as fotos por assunto, considerando algumas áreas temáticas como: arquitetura urbana e rural, famílias, pessoas, festas cívicas e religiosas, clérigos, colégios, entre outras.

A fim de possibilitar a organização de todo esse material, elaborou-se uma ficha de catalogação[8] considerando vários campos que possibilitassem a localização de cada documento do acervo, bem como informações sobre cada registro fotográfico. As informações contempladas foram as seguintes: autor/fotógrafo, título da foto, local, data, tipo de material (foto, negativo em vidro, celuloide), descrição física, estado de conservação, legibilidade, descrição e histórico da foto, descritores, procedência do original, dentre outras. Trata-se de um acervo raro e valioso que abre inúmeras possibilidades de estudo sobre múltiplos aspectos da história da cidade e região, que já foram objeto de investigação em alguns estudos acadêmicos, como se verá mais adiante. Os negativos em vidro foram reproduzidos. Portanto, tanto as fotos reproduzidas quantos os negativos fazem parte do

[8] Para fins de catalogação, adaptou-se uma ficha elaborada pela Profa. Jussara Frissera, em um projeto de catalogação de fotografias executada no ano 1989, intitulado "Memória Histórico-Fotográfica de Minas Gerais 1870/1930" desenvolvido pelo Centro Audiovisual da Universidade Federal de Minas Gerais em convênio com a Diretoria de Assessoramento e Programas Especiais - DAPE - da Fundação João Pinheiro.

conjunto documental intitulado Acervo Fotográfico Paulino de Araújo Ferreira Lopes. Atualmente fazem parte do CEMEC 625 negativos em vidro e 797 fotos[9].

Além de algumas fotos bastante representativas do cotidiano das fazendas e da vida urbana de Campanha e das cidades vizinhas é preciso destacar a raridade e a riqueza dos poucos daguerreótipos[10]. Trata-se de fotos de membros da família do Sr. Paulino, produzidas no Rio de Janeiro, pouco tempo depois da invenção do primeiro processo de fotografia e que pertence aos seus descendentes[11].

Desde a criação do CEMEC e da organização e reprodução do acervo fotográfico Paulino Araújo Ferreira Lopes e de sua divulgação, ele vem sendo objeto de pesquisas acadêmicas. A primeira divulgação de algumas fotos do acervo se deu com a produção da mostra *Minas: Minas - Memorial e Contemporânea* realizada no Museu de Imagem e Som de São Paulo, quando das celebrações do IV Mês Internacional da Fotografia. Foram selecionadas algumas fotos e daguerreótipos originais que ficaram expostos no MIS-SP, no período de 27 de maio a 18 de julho de 1999 (MAGALHÃES, 1999).

Sem a pretensão de fazer um levantamento completo dos trabalhos acadêmicos que se utilizaram do acervo, destaco pelo menos quatro: duas teses de doutorado e duas dissertações de mestrado. As teses de doutorado e uma dissertação de mestrado utilizaram as reproduções fotográficas do acervo como fontes complementares em suas investigações.

---

[9] Informações disponíveis no Projeto Pedagógico do Curso de História – Unidade de Campanha/MG, maio de 2016, p. 83. Disponível em: http://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/Arq201612231547l3PP.pdf. Acesso em: 11 jun. 2020.

[10] A invenção da fotografia foi anunciada no dia 19 de agosto de 1839, em Paris. Embora a daguerreotipia derive do nome de Louis Jacques Mandé Daguerre, a invenção só foi possível a partir da parceria estabelecida com Joseph Nicèphore Niépce, que, em 1826, já havia experimentado um processo fotográfico. Após o falecimento de Niépce, em 1833, Daguerre prosseguiu com os experimentos que permitiram a invenção do daguerreótipo (KOSSOY, 2019, p.128). O sucesso do primeiro processo de fotografia se explica pelo seu preço não tão caro, embora não estivesse ao alcance de muitos grupos sociais, mas também pelo fato de proporcionar "uma representação precisa e fiel da realidade, retirando da imagem a hipoteca da subjetividade; a imagem, além de ser nítida e detalhada, forma-se rapidamente" (FABRIS, 2008, p. 13).

[11] A história da fotografia no Brasil, nos séculos XIX e XX, foi objeto de abordagem de diversos autores. Algumas obras tornaram-se referências obrigatórias (FERREZ & NAEF, 1976; KOSSOY, 1980; KOSSOY, 2002; VASQUEZ, 2003; MAUAD & SERRANO, 2015). Para Minas Gerais oitocentista também temos alguns estudos relevantes como o de Maraliz Christo, que analisa a fotografia em Juiz de Fora a partir dos anúncios de jornal, e o de Rogério Arruda, que investiga a expansão da fotografia na província de Minas Gerais, também a partir dos anúncios fotográficos em jornais do século XIX, além de reconstruir a trajetória de vários fotógrafos, como por exemplo: Francisco Manoel da Veiga, Guilherme Liebenau, Luiz Costa e Ehrhard Brand (CHRISTO, 2000, p. 127-146; ARRUDA, 2013 e 2014, p. 231-256).

O primeiro estudo a divulgar e analisar algumas dessas imagens se dedicou a investigar o papel das elites regionais na construção do estado imperial brasileiro, tendo como escopo geográfico de análise a cidade de Campanha e a região do Sul de Minas (Figura 1). Utilizei algumas imagens que atestavam o processo de urbanização crescente da cidade (ANDRADE, 2014). O segundo trata-se de uma investigação sobre a história do antigo colégio Nossa Senhora de Sion e de seu impacto socioeconômico e político entre as elites sul-mineiras no início do século XX (Figura 2). Como Paulino de Araújo Ferreira Lopes foi o fotógrafo oficial da cidade durante boa parte do século XX, no acervo existem muitas imagens relativas ao prédio (externas e internas), os eventos e as representações do cotidiano do referido colégio (LAGE, 2006). O terceiro estudo teve como objeto de investigação a vila/cidade de Campanha e abordou aspectos relativos ao ordenamento urbano e à civilidade de seus habitantes, preocupações recorrentes das autoridades e das elites que compunham a urbe (ARAUJO, 2016).

Figura 2: Vista do Colégio Nossa Senhora de Sion – Campanha/MG – década de 1930.
Fonte: Acervo Paulino de Araújo Ferreira Lopes – CEMEC/UEMG – Unidade de Campanha/MG.

O quarto estudo se trata de uma dissertação de mestrado, defendida em 2013, que merece uma exposição um pouco mais detalhada, pois foi a primeira investigação que teve como objeto central de pesquisa o acervo Paulino Araújo como um todo, revisitando não só o do CEMEC, mas também o arquivo particular da família, inclusive as câmeras fotográficas e os objetos de estúdio fotográfico que continuam em mãos de seu neto, o fotógrafo Almir de Araújo Ferreira Lopes. Raquel Reis (2013) faz uma investigação detalhada de todo o conjunto documental existente e acrescentou novos elementos à biografia de Paulino Araújo a partir de entrevistas realizadas com seus descendentes. O contato com o acervo particular da família e o uso fontes orais enriqueceu sobremaneira o trabalho, pois lhe permitiu adentrar no universo do fotógrafo e tratar um pouco mais do que teria sido o seu cotidiano na arte de fotografar, o que ocorreu em boa parte de sua vida (Figuras 3 e 4). Merece destaque o último capítulo, especialmente quando se discute a função social dos retratos e das representações neles contidas, analisando as fotografias por temáticas e uma atenção especial em relação àquelas que retratam pessoas, famílias e grupos sociais. Também analisou algumas fotografias que tinham como cenário a cidade de Campanha (REIS, 2013).

Figura 3: Paulino de Araújo Ferreira Lopes montado a cavalo. Segunda década do século XX. Coleção Paulino Araújo.
Fonte: REIS, 2013, p. 56

O arquivo particular é de propriedade de Almir Ferreira Lopes, que compreende não só fotografias avulsas, álbuns de fotografias, mas também os equipamentos de fotografia e todo o mobiliário do estúdio fotográfico. Além de denominá-lo "Fundo Paulino Araújo", Raquel Reis organizou-o por séries documentais, considerando as seguintes categorias: "objetos de uso pessoal; objetos de uso profissional; fotografias em álbum; fotografias avulsas" (REIS, 2013, p. 60). Em relação ao acervo do CEMEC, a autora apresenta a seguinte descrição:

> Já a outra série é formada por uma coleção de fotografias datadas do século XX, mais precisamente estas vão de aproximadamente 1903 a 1970, cujo volume expressivo se refere à primeira metade do século XX. Consistem num conjunto de negativos em vidro, fotos originais e suas respectivas reproduções, sendo que algumas fotografias anteriores à 1907 não são de autoria de Paulino, possivelmente são de Etienne Farnier, seu mestre de ofício (REIS, 2013, p. 78).

A autora destaca que esse acervo possui cerca de 1300 imagens e historiciza parte do processo, quando esses negativos em vidro foram doados ao CEMEC, no final da década de 1990, ressaltando que "a ausência de registros sobre os procedimentos de organização e contexto que envolveu a doação da coleção de imagens, impossibilitou que se tivesse um conhecimento claro sobre sua organização prévia em arranjos" (REIS, 2013, p. 79). Conforme relatado nesse tópico, a organização e catalogação do acervo fotográfico Paulino de Araújo Ferreira Lopes foi um dos subprojetos desenvolvidos e que compunha o projeto *Memória Cultural do Sul de Minas*. Na época havíamos produzido um sistema de arranjo e classificação com base em experiências de projetos semelhantes. É importante destacar que, antes de ser incorporada definitivamente à UEMG, a unidade de Campanha passou por sérios problemas administrativos e financeiros, como a própria autora ressalta. Creio que o mais relevante a ser destacado é a importância desse acervo para a história da fotografia em Minas Gerais, particularmente da região sul, e como as imagens registradas por Paulino de Araújo são fundamentais para compreender as representações de inúmeros aspectos do cotidiano dos indivíduos, famílias, grupos sociais, a paisagem urbana e rural, além da história do próprio fotógrafo.

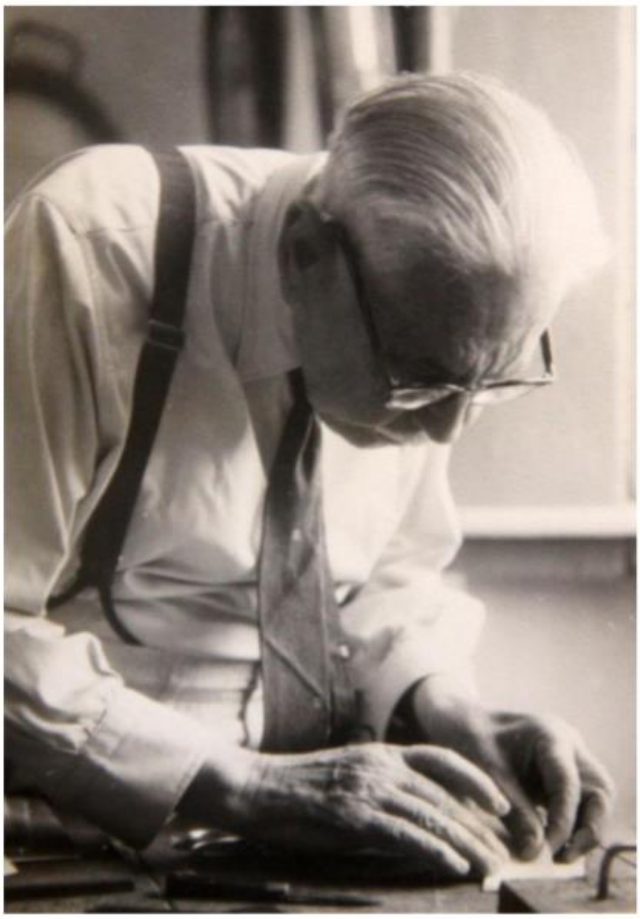

Figura 4: Paulino Araújo Ferreira Lopes por volta dos 80 anos. Acervo Particular da família.
Fonte: REIS, 2013, p. 76.

As potencialidades de pesquisa ainda são inúmeras, como atesta a própria autora, dada a diversidade e a riqueza do acervo. Embora não tenha aprofundado na questão da atuação de Paulino Araújo na prestação de serviços como fotógrafo na imprensa, caso haja fontes, certamente esse é um aspecto que merece uma análise mais minuciosa em investigações futuras e poderá trazer novos elementos acerca da sua atuação como fotógrafo no município de Campanha e cidades vizinhas.

Considerações Finais

Pudemos constatar que a experiência de criação do CEMEC foi e é grande importância para a investigação do passado sul-mineiro, especialmente porque mantém sob sua custódia fundos documentais de natureza diversa e que têm sido objeto de investigação

por vários pesquisadores e a comunidade do Sul de Minas. Em relação ao acervo fotográfico Paulino de Araújo Ferreira Lopes, não resta nenhuma dúvida de que o mesmo é de grande relevância para história da fotografia de Minas Gerais e seu nome já se encontra inscrito nos verbetes no *Dicionário histórico-biográfico dos fotógrafos e da fotografia no Brasil*, projeto que continua em andamento e é desenvolvido pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense – LABHOI/UFF (MAUAD & SERRANO, 2015).

Também foi destacada a preocupação do grupo de pesquisadores que o constituiu e de seu neto, Almir Ferreira Lopes, pela garantia não só da preservação e acondicionamento adequados, mas também do acesso para a produção de estudos que tenham como fonte os registros fotográficos. As pesquisas realizadas a partir do acervo e brevemente apresentadas atestam o potencial, a diversidade e a riqueza das fontes iconográficas. Espero que o CEMEC possa expandir o seu trabalho, uma vez que a unidade de Campanha já faz parte da Universidade do Estado de Minas Gerais desde 2013. Que os professores/pesquisadores do curso de História de Campanha possam desenvolver novos projetos e sempre com a perspectiva democrática de socialização do conhecimento e de garantia do acesso aos pesquisadores, de quaisquer naturezas. Esses foram os objetivos norteadores de criação de CEMEC e que perdurem e sejam ampliados.

MEMORY INSTITUTIONS AND PHOTOGRAPHIC COLLECTIONS: THE EXPERIENCE OF THE CENTRO DE MEMÓRIA CULTURAL DO SUL DE MINAS

Abstract: The main goal of this paper is to examine the relevance of universities in the establishment of institutions for the preservation of memory and documentation, especially the ones that house photographic archives and deal with preservation policies, listing, classification and that grant access to their catalogs to the public and researches. Here we describe the establishment of the Centro de Memória do Sul de Minas, founded in May of 2000 in a unity of the Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, in the city of Campanha, MG, with special attention to the Paulino de Araújo Ferreira Lopes house photographic archive.

Keywords: History. Memory. House photographic archives. Centro de Memória Cultural – UEMG/Campanha.

Referências

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro:** Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

_____. Centro de Memória Cultural do Sul de Minas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 163-168, jan./dez. 2007.

ANDRADE, Marcos Ferreira de & CARDOSO, Maria Tereza. A Vila da Campanha da Princesa: fontes para a História do Sul de Minas. ***Varia História***, Belo Horizonte, n. 23, p. 214-223, jul. /2000.

ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. **De Arraial a Vila -** A criação da Vila de Campanha da Princesa: reivindicações locais, estratégias políticas e reafirmação da soberania portuguesa. Curitiba: Prismas, 2016.

ARRUDA, Rogério Pereira de. **O ofício da fotografia em Minas Gerais no século XIX, 1845-1900.** Belo Horizonte: Edição do autor, 2013.

_____. A expansão da fotografia em Minas Gerais: um estudo por meio da imprensa, 1845-1889. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 30, n. 52, p.231-256, jan./abr. 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH – BRASIL. O perfil profissional dos historiadores atuantes em arquivos. Documento final do encontro. São Paulo, dezembro de 2012. Disponível em: http://apalopez.info/bieau/ANPUH-historiadores_em_arquivos.pdf
Acesso em: 11 jun. 2020.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia:** a Escola dos Annales (1929-1989). Tradução Nilo Odália. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

CAMARGO, Célia Reis. "Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas". *In*: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória:** trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999, p. 49-63.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História***:* ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. A fotografia através dos anúncios de jornais, Juiz de Fora (1877-1910). **Lócus**: Revista de História, Juiz de Fora, v.6, n.1, p.127-146, 2000.

FABRIS, Annateresa. A invenção da fotografia: repercussões sociais. *In*: FABRIS, Annateresa (org.). **Fotografia***:* usos e funções no século XIX. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

FERREZ, G; NAEF, W. **Pioneers Photography of Brazil** *(1840-1920)*. New York: Center for Inter-American Relations, 1976.

HOBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita; Revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSSOY, Boris. **Origens e expansão da fotografia no Brasil**: século XIX. Rio de Janeiro: Funarte, 1980.

_____. **Dicionário histórico-fotográfico brasileiro**: fotógrafos e o ofício da fotografia no Brasil (1831-1910). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

_____. O mistério dos daguerreótipos do Largo do Paço. São Paulo, **Revista USP**, n. 120, p. 127-152, jan./fev./mar. 2019.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **A instalação do Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha**: uma necessidade política, econômica e social sul mineira no início do século XX. Dissertação (Mestrado). Campinas: Universidade de Campinas, Faculdade de Educação, 2007.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In*: **Enciclopédia Einaudi.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 11-50.

_____. Documento/Monumento. *In*: **Enciclopédia Einaudi.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 95-106.

MAGALHÃES, Bernardo (Coord.). **Catálogo da exposição Minas**: Minas – Memorial e Contemporânea. Belo Horizonte/São Paulo: Casa da Serra; MIS-SP, 1999.

MAUAD, Ana Maria & SERRANO, Ana (Eds.). **Dicionário Histórico-Biográfico da fotografia e dos fotógrafos no Brasil.** Niterói: PPGH-UFF, 2015. Publicação on-line do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF.
Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/verbetesfotografia/. Acesso em: 11/06/2020.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

NORA, Pierre. Memoria Colectiva. *In*: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger & REVEL, Jacques. **A Nova História**. Coimbra: Edições Almedina, 1990, p. 451-454.

REIS, Raquel de Fátima. Araújo, Paulino (Campanha - Minas Gerais). In: MAUAD, Ana Maria & SERRANO, Ana (Eds.). **Dicionário Histórico-Biográfico da fotografia e dos fotógrafos no Brasil.** Niterói: PPGH-UFF, 2015. Publicação on-line do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF.
Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/verbetesfotografia/node/9#_ftn3. Acesso em: 11 jun. 2020.

_____. **A fotografia em Campanha**: Paulino Araújo entre retratos e vistas constituindo memórias (1907-1970). Dissertação (mestrado). Niterói, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2013.

SCHAFF, Adam. **A sociedade da informática**: as consequências sociais da segunda revolução industrial. Tradução Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. 4. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

SILVA, Glaydson José da (org.). **A Escola Metódica**: seleção de textos, tradução e organização. Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.

TESSITORE, Viviane. Arquivos, centros de documentação e de memória: perfis institucionais e funções sociais. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (Org.). **Arquivos pessoais**: experiências, reflexões, perspectivas. São Paulo: ARQ/SP, 2017. E-book. Disponível em: http://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Arquivos-pessoais_experiencias_reflexoes-perspectivas_1_e-book.pdf. Acesso em 11 jun. 2020.

VASQUEZ, Pedro Karp. **O Brasil na fotografia oitocentista**. São Paulo: Metalivros, 2003.

SOBRE O AUTOR

Marcos Ferreira de Andrade é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); docente do curso de História da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Recebido em 22/05/2020

Aceito em 22/06/2020